

SÃO PAULO LIGHT, S. A.

SERVIÇOS DE ELECTRICIDADE

Do relatório anual de 1962, que recebemos recentemente, transcrevemos as passagens que mais interesse nos parece terão para os nossos leitores. No final desta reprodução damos num rápido apontamento uma ideia embora pálida do que representa este importante complexo produtor brasileiro, fazendo uma sumária apresentação das suas instalações, acompanhada de alguns elementos gráficos.

Considerações gerais

O exercício de 1962 assinala, na vida da empresa, fase de excepcionais dificuldades, cujo significado não é lícito à Diretoria omitir a seus Acionistas.

Empenhada, em toda a sua existência de empresa concessionária, em sucessivos programas de expansão de instalações, que lhe permitiram, durante mais de meio século, atender, e mesmo antecipar-se às exigências de energia para acelerar o desenvolvimento de São Paulo, a Sociedade tem sido, nos últimos anos, progressivamente, despojada de recursos necessários para o desempenho de suas funções, e cumprimento de seus objetivos sociais, através do processo de estagnação de suas tarifas na actual conjuntura inflacionária.

Nos Relatórios anteriores, teve a Diretoria oportunidade de assinalar o agravamento dos fatores que dificultavam, a princípio, sua vida regular de empresa privada, e que acabariam por refletir-se na própria expansão e subsistência dos serviços prestados. Fazendo jús — até por norma inserta no art. 151 da Constituição Federal — a uma adequada fixação de tarifas que lhe assegurasse «justa remuneração do capital» e atendesse à «necessidade de melhoramento e expansão dos serviços», a Companhia, longe de obter esse equilíbrio de sua equação financeira, tem suportado a crescente deterioração das tarifas básicas, consumidas, de forma já insupportável, pela inflação.

Estas circunstâncias foram, a tempo, expostas em memoriais às autoridades competentes, de cujas providências dependia e depende a pre-

servação dos serviços e a possibilidade de expandi-los, como o exige a região servida. A concessão de serviços públicos supõe, necessariamente, a colaboração dos empresários com o Poder Público, para o melhor desempenho de serviços, com reciprocidade de direitos, deveres e obrigações; e o rompimento unilateral de tal colaboração há de importar inelutavelmente em detrimento dos serviços. Não dispondo dos mecanismos da livre empresa para corrigir preços e custos de utilidades e serviços que produz ou fornece, pois que suas tarifas dependem de ato do poder público; nem podendo, como o faz o Estado, transferir, através de impostos e subvenções, os ônus provocados pelas altas dos custos — ficam as concessionárias imobilizadas e sem defesa diante do fenómeno inflacionário, assistindo, sem apêlo, ao aviltamento progressivo de suas tarifas amarradas a uma expressão monetária que dia a dia perde sentido.

No «Simpósio sobre Energia Elétrica», realizado em novembro último, no Clube de Engenharia, no Rio de Janeiro, o Vice-Presidente da Sociedade teve oportunidade de formular declaração que, bem definindo o entendimento da Diretoria sobre o assunto, aqui vai transcrita:

«O problema das concessionárias (como de todas as empresas de electricidade, privadas ou públicas) é de natureza financeira, e não obstante a sua política de sistemática reinversão dos resultados líquidos da operação dos serviços, decorre do congelamento das tarifas, no curso de contínua e violenta desvalorização da moeda.

É notória a não observância da garantia de estabilidade financeira, contida no parágrafo único do art. 151 da Constituição Federal, quando manda considerar, além da justa remuneração do capital, as necessidades de melhoramento e expansão dos serviços.

É certo, também, que não foi ainda implantado o serviço pelo custo, regime que prevê a fixação de tarifas flexíveis, revistas a curto prazo, estando as empresas anteriores ao Código de Águas — como é o caso das concessionárias — sujeitas ao regime provisório instituído em 1943 — (Dec.-lei n.º 5764) que não atende aos objetivos mínimos do art. 178 do Código de Águas, a saber: tarifas flexíveis e garantia da estabilidade financeira das empresas como meio de se obter serviço adequado.

É ainda incontestável o fato de que com a estagnação das tarifas básicas, bem como o desconhecimento da correção monetária dos ativos imobilizados, autorizada pela Lei número 3470, nega-se às empresas de electricidade o direito de se resguardarem dos efeitos da inflação.

Não cabe, portanto, às concessionárias, a responsabilidade pela diminuição no ritmo de expansão dos serviços, que somente poderá ser recuperado, qualquer que seja o órgão executor, mediante uma política efetiva de tarifas atualizadas, sem embargo da captação de outros recursos.

As crises de geração e de distribuição foram previstas a tempo pelas concessionárias, que se dirigiram, repetidamente, aos poderes públicos sugerindo as providências que se impunham, não cabendo, àquelas, responsabilidades pelos efeitos que, hoje, a todos preocupam.

Não é exato falar-se em incapacidade financeira da indústria de electricidade para expandir-se ou atrair novos capitais, quando o regime tarifário, que é o núcleo de sua estabilidade, não depende de ato de sua vontade, sempre manifestada no sentido de advertir quanto aos efeitos da insuficiência dos preços do serviço.

A asfixia das empresas, pelo irrealismo tarifário, não fere apenas legítimos interesses privados, mas, dominante e imediatamente interesses públicos relevantes,

ou seja, o direito dos usuários à prestação de serviços adequados, e a necessidade coletiva do progresso econômico nacional de que a eletricidade é o primeiro fator de propulsão».

É notório que o Governo Federal firmou política relativamente às empresas concessionárias de serviços públicos, no sentido de transferir tais serviços concedidos para o regime de exploração direta pelo Estado.

Quanto à diretriz já firmada, não cabe à Sociedade manifestar-se. Mas, enquanto não se concretizam as negociações, é imperioso sejam adotadas providências para evitar a deterioração dos serviços; e a primeira dessas providências é, sem dúvida, propiciar recursos através da imprescindível revisão tarifária, para permitir a manutenção e expansão desses serviços.

Neste ponto, cumpre acentuar que a Diretoria da São Paulo Light tem demonstrado, às autoridades, que, não apenas pelo direito que lhe assiste à obtenção dos recursos para custeio, expansão e remuneração dos serviços, mas, sobretudo, para a integridade e conservação desses mesmos serviços, e pois no interesse de seus usuários, e de quem quer que, de futuro, assumam a responsabilidade dos mesmos, é de essencialidade inofismável restaurar sua equação financeira, inteiramente subvertida pela inflação.

O pedido de revisão tarifária, formulado pela Sociedade em Janeiro de 1961 não logrou acolhimento; e, em 18 de Janeiro do corrente ano, nova solicitação foi dirigida às autoridades, encarecendo a absoluta urgência na atualização das tarifas básicas, que, consoante o referido em Relatórios anteriores, foram fixadas em 1956.

No expediente apresentado ao Ministério das Minas e Energia, a Sociedade indicou o programa mínimo de expansão dos seus sistemas de transmissão e distribuição a ser executado, inadiavelmente, nos exercícios de 1963 a 1965, e cuja estimativa de custo, aos preços

de Dezembro de 1962, é da ordem de 21 bilhões de cruzeiros. O atraso na execução desse programa, que será fatal se os recursos, que devem ser assegurados aos concessionários pelo Poder Concedente, não forem proporcionados a tempo, implicará em sério descompasso no desenvolvimento econômico nas áreas servidas pelas Companhias, com repercussões cuja gravidade a ninguém é lícito desconhecer.

É oportuno lembrar que a elevação dos preços de energia a partir de 1956 tem sido autorizada para atender exclusivamente aos aumentos de despesas decorrentes de majorações salariais coletivas, de diferenças cambiais nos compromissos em moeda estrangeira, do acréscimo do preço do óleo combustível consumido na Usina Termoelétrica Piratininga e de energia comprada.

Em 1962, ocorreu a alteração das bases do imposto único de eletricidade (Lei n.º 4156, de 28-11-1962) arrecadado pelos concessionários, passando a ser *ad-valorem*, o que acarretou, a partir do corrente exercício, maior ônus para os consumidores. O imposto que, anteriormente, era de Cr\$ 0,20 por quilowatt-hora no referente ao consumo de luz e Cr\$ 0,10 ao de força, passou a ser, no primeiro semestre de 1963: Cr\$ 0,67 para o consumo residencial e industrial e Cr\$ 1,01 para o consumo comercial. Mas as tarifas básicas da Sociedade, como já se disse, são as mesmas de sete anos atrás.

Não obstante condições tão adversas, a Sociedade, com o espírito empresarial que a anima há mais de 60 anos, introduziu importante melhoramento no sistema de recalque das águas da bacia do alto Tietê para o Reservatório Billings, colocando em operação uma nova unidade da Usina Elevatória de Traição.

Igualmente, no setor de transmissão, merece registro a construção de uma linha entre a Estação Seccionadora de Anhanguera e a Usina Elevatória Edgard de Sousa, onde se interligou com uma da Usinas Elétricas do Parapanema S. A. (USELPA). Outra linha foi construída entre a Usina Piratininga e a Estação Elevatória de Traição, além de vários ramais em outros locais.

O sistema de distribuição foi ampliado, entrando em serviço duas novas subestações. Outros acréscimos e ampliações foram, também, levados a efeito em diversas subestações e usinas.

Elevou-se a cerca de 1 000 000 o número de consumidores da São Paulo Light, em 1962.

Ampliação das instalações e produção de energia

Importante melhoramento no sistema de recalque das águas da bacia do alto Tietê para o Reservatório Billings, constituiu a instalação de uma nova unidade na Usina Elevatória de Traição, com capacidade de 70 m³/s, elevando para 210 m³/s a capacidade total dessa usina.

Foi construída uma linha de transmissão para 230 000 V com 15 km de extensão, em torres de aço, entre a Estação Seccionadora de Anhanguera e a Usina Elevatória Edgard de Sousa, onde se interligou com linha de igual tensão da Usinas Elétricas do Parapanema S. A. (USELPA), proveniente da Usina de Jurumirim.

Outra linha com a extensão de 16 km, para 88 000 V, foi construída entre a Usina de Piratininga e a Estação Elevatória de Traição, além de vários ramais, em outros locais, para abastecer as instalações de grandes consumidores como a S. A. Indústrias Votorantim em Jaguaré, a Alumínio do Brasil S. A. em Utinga e a Ford Motor do Brasil em Osasco.

Foram instaladas e postas em serviço duas novas subestações, em Vila Almeida e Vila Paulicéia, de 88 000/13 200 V, com capacidade de 7500 kVA cada. Novos acréscimos e ampliações foram igualmente levados a efeito em várias subestações e usinas.

Na rede distribuidora foram construídos 9 novos circuitos primários, sendo 5 de 3800 V e 4 de 13 200 V com o que se elevou a 454 o número de circuitos existentes. Instalaram-se 1722 transformadores com 74 445 kVA, elevando-se o total a 27 492 transformadores com 1 040 969 kVA. Foram instaladas 1050 unidades de condensadores estáticos com 46 350 kVAR, para melhoria das condições de serviço aos nossos consumidores.

O número de postes aumentou de 16 730 unidades, com o que se elevou o total instalado a 278 623. Foram utilizados 5 423 243 m de condutores cujo total atinge agora 86 594 353 m na rede aérea.

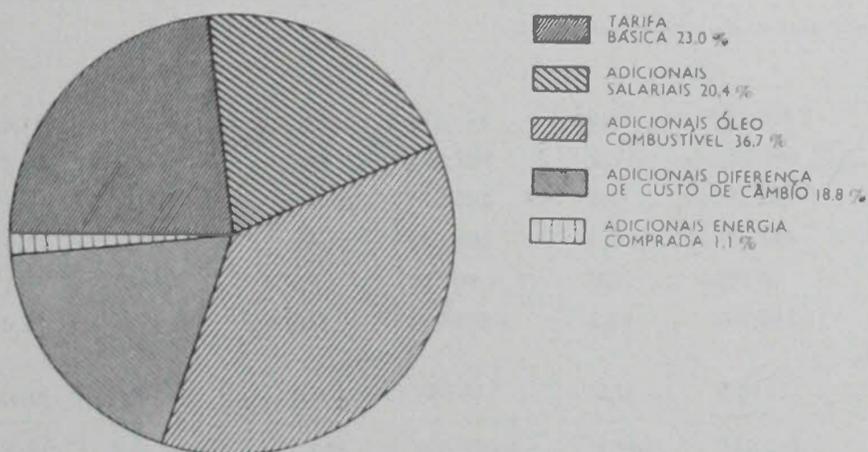
No decorrer do ano, foram equipadas 40 câmaras transformadoras, elevando-se, em consequência, o total de câmaras para 330, com uma capacidade total instalada de 125 510 kVA.

O comprimento total de cabos existentes na rede subterrânea é de 1 118 224 m tendo havido um aumento de 217 122 m em 1962.

Foram instalados, durante o exercício, 51 301 medidores, elevando-se o seu número total a 991 976.

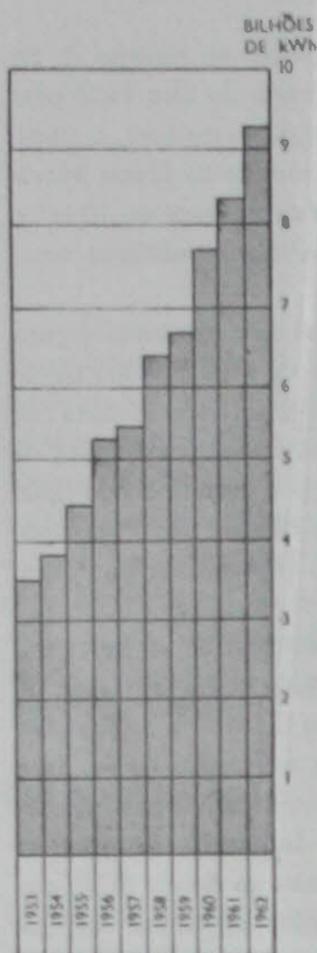
A energia total gerada pelas usinas próprias e recebida de outras entidades, durante o

COMPOSIÇÃO DA RECEITA DE VENDA DE ENERGIA ANO DE 1962



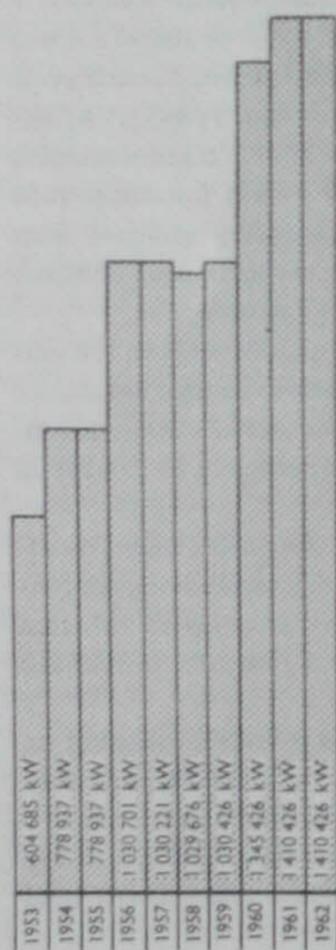
ano, foi de 9 260 360 419 kWh, superando em 861 152 097 kWh (10,3%) a correspondente ao ano de 1961.

PRODUÇÃO DO SISTEMA ENERGIA GERADA + RECEBIDA



Daquele total 5 123 055 000 kWh (55,3%) foram produzidos pela Usina de Cubatão, 3 630 564 000 kWh (39,2%) pela Usina Termoeletrica Piratininga, 211 823 976 kWh (2,3%) pelas demais usinas e 294 917 443 kWh (3,2%) foram recebidos de outras entidades. O sistema da São Paulo Light absorveu 8 073 626 251 kWh (87,2%), tendo sido enviados a outras entidades 1 186 731 168 kWh (12,8%).

SISTEMA DA S. PAULO LIGHT E COMPANHIAS ASSOCIADAS CAPACIDADE GERADORA INSTALADA



O valor máximo diário de energia gerada e recebida foi de 29 749 357 kWh, que, em confronto com os 27 112 426 de 1961, apresenta um aumento de 9,7%. Quanto ao máximo horário, o valor atingido foi de 1 479 047 kWh sendo que, no ano anterior, fôra de 1 385 690, o que significa um aumento de 6,7%. A Usina Termoeletrica Piratininga consumiu 873 408 607 kg de óleo combustível nacional, contra 774 984 109 kg no ano de 1961.

O consumo de energia e o desenvolvimento da região

É grato à São Paulo Light poder constatar a incontestável correlação existente entre o serviço por ela oferecido e o desenvolvimento das zonas onde concentra sua atuação, não obstante tôdas as dificuldades conseqüentes da situação vivida pela Empresa e pelo País no ano findo.

Além de outros índices, êsse desenvolvimento, em termos de cifras, pode ser apreciado pelo consumo registrado no último exercício, que atingiu a 7 745 215 567 kWh contra 7 062 729 501 kWh no ano anterior. A distribuição do consumo de energia, pelas classes de consumidores, está demonstrada a seguir, comparados os dois anos:

Como se pode verificar pelo gráfico a seguir, o maior aumento percentual de consumo, a exemplo do ano de 1961, foi o da indústria automobilística, que está praticamente concentrada na zona de concessão da São Paulo Light.

Cabe assinalar que, em 1962, o acréscimo da carga ligada ao sistema da empresa foi de 353 108 kW, superando em 3,15%, o acrés-

NÚMERO DE CONSUMIDORES



cimo verificado no ano anterior: o total da carga registada em 31-12-1962 atingiu a 4 162 041 kW. Significativo foi o acréscimo líquido do número de consumidores, atingindo, em 1962, a 67 560, representando 7,24% sobre o total em 31 de Dezembro de 1961. O número de consumidores no fim de 1962 alcançou a elevada cifra de 1 000 421.

TRACÇÃO ELÉTRICA

Os consumos de energia para tração elétrica ferroviária e transportes coletivos urbanos foram os constantes do quadro se-

| | Consumo em milhares de kWh | | Aumento | |
|--|----------------------------|------------|---------|------------|
| | 1962 | % do total | 1961 | % do total |

CLASSE

A — Industrial

| | 1962 | % do total | 1961 | % do total | Aumento kWh | % |
|---------------------|------------------|-------------|------------------|-------------|----------------|------------|
| Automobilística | 242 150 | 3,1 | 180 993 | 2,6 | 61 157 | 33,8 |
| Química | 511 188 | 6,6 | 461 866 | 6,5 | 49 322 | 10,7 |
| Equip. Elétrico | 208 465 | 2,7 | 188 103 | 2,7 | 20 362 | 10,8 |
| Prod. Alimentícios | 187 178 | 2,4 | 173 565 | 2,5 | 13 613 | 7,8 |
| Metalúrgicas | 347 080 | 4,5 | 299 704 | 4,2 | 47 376 | 15,8 |
| Papéis e Impressão | 264 002 | 3,4 | 238 823 | 3,4 | 25 179 | 10,6 |
| Borracha (Artef.) | 129 080 | 1,7 | 116 283 | 1,7 | 12 797 | 11,8 |
| Usinas, Aço e Fund. | 645 923 | 8,3 | 590 499 | 8,4 | 55 424 | 9,3 |
| Tecidos | 783 828 | 10,1 | 759 082 | 10,7 | 24 746 | 3,2 |
| Outros | 509 983 | 6,6 | 483 419 | 6,8 | 26 564 | 5,5 |
| Total | 3 829 777 | 49,4 | 3 492 337 | 49,5 | 337 440 | 9,6 |

CLASSE

| | 1962 | % do total | 1961 | % do total | Aumento kWh | % |
|---------------------------------------|------------------|--------------|------------------|--------------|----------------|------------|
| B — Residencial | 1 106 270 | 14,3 | 991 111 | 14,0 | 115 159 | 11,6 |
| C — Comercial | 862 233 | 11,2 | 796 509 | 11,3 | 65 724 | 8,2 |
| D — Poderes Públicos | 244 160 | 3,2 | 227 371 | 3,2 | 16 789 | 7,4 |
| E — Tração Elétrica | 451 860 | 5,8 | 456 199 | 6,5 | (4 339) | (1,0) |
| F — Ilum. Pública | 49 162 | 0,6 | 48 514 | 0,7 | 648 | 1,3 |
| G — Outras Cias. Elet. | 1 186 731 | 15,3 | 1 035 603 | 14,6 | 151 128 | 14,6 |
| H — Outros Serviços Utilidade Pública | 15 023 | 0,2 | 15 086 | 0,2 | (63) | (0,4) |
| Total | 7 745 216 | 100,0 | 7 062 730 | 100,0 | 682 486 | 9,7 |

| | 1962 kWh | 1961 kWh | Diferença kWh |
|----------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| FERROVIAS | | | |
| Cia. Paulista E. Ferro | 162 388 700 | 156 609 500 | 5 779 200 |
| E. F. Sorocabana | 132 111 369 | 144 791 123 | (12 679 754) |
| E. F. Santos-Jundiaí | 62 470 680 | 61 038 440 | 1 432 240 |
| E. F. C. Brasil | 23 257 500 | 21 184 391 | 2 073 109 |
| | <u>380 228 249</u> | <u>383 623 454</u> | <u>(3 395 205)</u> |
| TRANSPORTES URBANOS | | | |
| C. M. T. C. | | | |
| Serviço de Bondes | 26 098 194 | 31 720 347 | (5 622 153) |
| Serviço de Ônibus | 45 533 540 | 40 854 900 | 4 678 640 |
| | <u>71 631 734</u> | <u>72 575 247</u> | <u>(943 513)</u> |
| Total | <u>451 859 983</u> | <u>456 198 701</u> | <u>(4 338 718)</u> |

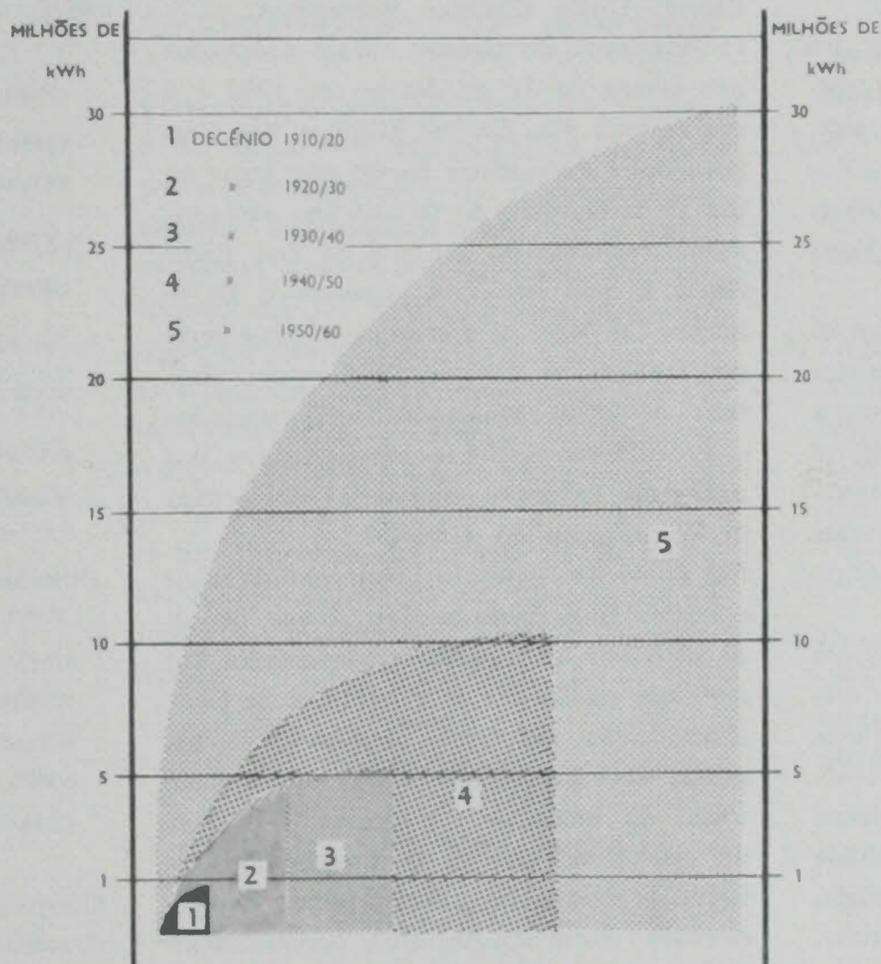
guinte onde, para fins de comparação, figuram ao lado dos consumos do ano anterior.

TRANSPORTES URBANOS

O valor do faturamento correspondente ao consumo de energia em 1962 foi de Cr\$ 81 194 229,60, do que resulta o preço de Cr\$ 0,179⁶⁹ por quilovátio-hora.

Conclui no próximo número

MÉDIA DO AUMENTO ANUAL DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉCTRICA, NAS REDES DAS COMPANHIAS REUNIDAS GÁS E ELECTRICIDADE — LISBOA



EM 1961, COLOCOU-SE 1 CONTADOR ELECTRICIDADE TODOS OS 8 MINUTOS DE CADA DIA DE TRABALHO